

Porto: por um desenvolvimento sustentável

Cristiano Felipe Borba do Nascimento

Graduando em Arquitetura e Urbanismo – Departamento de Arquitetura e Urbanismo da
Universidade Federal de Pernambuco

Aluno de mobilidade – Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto

Apresentação

O ensaio que se segue é o resultado de uma reflexão sobre a experiência de quem morou na cidade do Porto, como estudante estrangeiro por tempo suficiente para conhecê-la, senti-la e estudá-la tanto ou até mais do que já fizera à sua cidade natal.

É a reflexão de alguém que gosta de cidades, de edifícios, mas principalmente das pessoas que fazem isso tudo ter algum sentido de existir. É a essas pessoas que este ensaio é dedicado.

Nas opiniões e pensamentos expressos não há números, dados, estatísticas ou mapas. Não que não tenham sido consultados, porém a pretensão do texto é muito mais de chamar a atenção, de um modo até mesmo emotivo-subjetivo, para as coisas que sobressaíram ao meu olhar "urbanófilo" do que provar a mim ou a quem o ler se estou certo ou errado.

Da condição de "Cidade"

Como falar em desenvolvimento sustentável de uma área urbana sem pensar na sua população? Mesmo sob a ótica de uma visão ecológica do urbanismo, é impossível não levar em conta como elemento principal de qualquer projeto, plano, medida ou ação o fator humano, os elementos que fazem o espaço urbano vivo, diversificado, dinâmico.

Sendo um típico caso de sistema complexo, o fenômeno urbano não é feito só de ruas, avenidas, blocos habitacionais, comerciais, zonas industriais e parques decorados por vegetação. É tudo isso também. Mas tudo nascido da necessidade humana de congregar esforços pela sobrevivência do grupo como um todo.

Numa realidade contemporânea, as manchas urbanas deixaram já de ser um aglomerado de pessoas com um objetivo e uma identidade única. As manchas urbanas são sobreposições de várias dessas cidades, cada uma com a sua história, sua identidade e suas pessoas. Entretanto, a complexidade se agrava no momento em que, para além da função original do simples agrupamento, as cidades, ou o conjunto delas, se transforma em um pólo atrativo, verdadeiro *el dorado* de todos aquelas que por razões das mais diversas, estavam antes à margem desse processo, numa realidade rural, ou em cidades mais isoladas.

Diante de tal realidade, quem são os cidadãos originais? Quem construiu a cidade e quem é forasteiro? Depois de uma ou duas gerações, todos fazem parte da mancha urbana, de uma maneira ou de outra, encaixados no funcionamento "oficial" dessa máquina ou se servindo de forma parasitária, quando não predatória.

É difícil apontar de quem é a culpa pelo excesso populacional, pelas taxas de criminalidade e pobreza. Cada um cumpre com o seu papel, reage ao momento e de forma sistemática, todas as peças do dominó caem, empurradas ou por aquelas que já estavam armadas para o fazer ou pela ação de outras, inseridas de forma aleatória e não programada.

Não basta imaginar uma reforma urbana a partir de pressupostos apenas cenográficos. Também não vale a pena pensar em atender somente a uma parcela do conjunto. Na teia que é a cidade contemporânea, todos são protagonistas, todos têm culpa e todos são vítimas de si mesmos. No ponto em que estão, de que adianta apontar para este ou aquele para livrar a responsabilidade de cima das próprias costas? Ou cada um encontra o seu espaço ou os conflitos de interesses vão se elevar à escala da guerra civil, o que é praticamente uma contradição aos conceitos de civitas, civilidade, cidadania...

Do "Grande Porto"

Quanto ao Grande Porto, todo o pensamento anterior pode ser aplicado. Entretanto, algumas características locais devem ser levadas em conta. O Porto que se vende como imagem desde o "Porto 2001", é uma cidade moderna, viva, cheia de gente e com inúmeros equipamentos públicos criados ou restaurados para o usufruto dos seus moradores e visitantes. À primeira vista, nada mais natural. Um ótimo caminho para o desenvolvimento e para o enquadramento no panorama da União Européia. Porém, com um olhar mais cuidadoso, é fácil perceber que todos os cenários que vendem o "produto Porto" servem bem mais à população temporária - chamemos assim os turistas, visitantes, estudantes estrangeiros - que à população residente. Digo isso porque ao parar de utilizar os cenários e me tornar mero espectador, distingo perfeitamente os portuenses dos não-portuenses. Os primeiros parecem assistir a tudo como coadjuvantes e terem muito menos interesse, formação ou dinheiro suficiente para apreciar o "desenvolvimento" da cidade. Parece que há um descompasso entre a população e as obras públicas.

A primeira característica que salta à vista é o extremo poder centralizador que a cidade do Porto tem sobre os demais concelhos da área metropolitana, tanto quanto à concentração de serviços, como de atividades econômicas e culturais, além de vender uma imagem turística bem definida desde o Porto 2001. Poder-se-ia justificar isso por inúmeros fatores históricos, onde a "Cidade Invicta" seria de fato o centro urbano e os demais concelhos circunvizinhos estariam mais voltados para atividades rurais. Entretanto, o que ocorre no tempo presente é uma realidade menos romântica e mais crítica: a maior parte da população que usufrui da "concentração de poderes" do Porto, reside, paga impostos e vota nos concelhos adjacentes. Gaia, Maia e Matosinhos ainda detêm alguns focos de interesse paralelos à força de apelo do Porto, mas as cidades de Espinho, Valongo, Gondomar, Póvoa do Varzim e Vila do Conde são verdadeiros dormitórios.

A população realmente residente na cidade do Porto é envelhecida e empobrecida nas áreas centrais - Baixa, Ribeira - e periféricas - zona oriental, faixa entre VCI e Circunvalação. A classe mais abastada, e com maior nível de escolaridade se concentra principalmente no corredor Foz-Boavista ou além dos limites da cidade do Porto, havendo inclusive uma forte concentração de jovens famílias de classe média na Maia e em Matosinhos. Não é difícil deduzir que os usuários mais locais, digamos assim, do desenvolvimento do Porto, são justamente esses, mais do que aqueles que habitam de fato as zonas restauradas ou reabilitadas.

Essa relação de **Porto = local de trabalho e serviços / demais concelhos = dormitórios** se evidencia em outros sintomas. Basta ver o fluxo de automóveis nos horários de pico que mais do que se movimentarem dentro da cidade entram ou saem desta. Basta comparar o movimento nas ruas do Porto em um fim de semana, quase desertas, com a quantidade de gente nas ruas de outras cidades, até as mais distantes, como Braga ou Guimarães.

Por um "Desenvolvimento Sustentável"

É nítido e evidente que o supracitado descompasso entre população residente portuense está numa visão de planejamento urbano mais voltado para a imagem do que para o funcionamento dos fatores humanos, onde se privilegia o desenho em detrimento dos indicadores sociais ou do bem estar da população.

O que seria, então, um planejamento voltado para as questões sociais, ou para o funcionamento orgânico da Grande Porto? Decerto seria também pensar em espaços públicos de qualidade, ligações e acessos que permitam deslocamentos rápidos e seguros de uma ponta a outra do território e uma requalificação geral das infra-estruturas. Isso tudo é que vem sendo mais ou menos feito desde as vésperas do "2001". Entretanto, questões sociais como a ocupação das áreas centrais por uma população cada vez mais pobre ou a proliferação das "ilhas" e "bairros de lata" quase que em paralelo aos projetos de Bairros Sociais oficiais são uma realidade pouco discutida.

Há sim índices de pobreza, desemprego, baixa escolaridade, déficit habitacional e violência pouco aceitáveis numa área metropolitana nem tão grande assim (800 000 pessoas) de uma cidade que já foi capital europeia da cultura e que pretende catalizar interesses dos mais variados no panorama internacional. Há sim uma lacuna entre parcelas da população evidentes e até chocantes. Há preconceitos. É comum ouvir da classe média denominações como *peixeiras*, *parolos*, ciganos, *gunas* ao se referir a essa população menos favorecida. Mas é esta a maioria da população portuense. A classe média está na periferia.

Como se nota, um pensamento metropolitano, e não na escala da freguesia, é necessário para romper essas barreiras. Como equilibrar o nível de dignidade e de amor próprio dentro das diferentes populações é que é o problema. Se não é assim, de que adianta falar em Euro 2004 ou Casa da Música?

Também seria muito fácil e óbvio sugerir medidas de assistência social que tentassem reverter de maneira imediata e profilática esses problemas. Seria o planejamento urbano assistencialista convencional. Mas se ter toda uma população com a mesma renda familiar é algo difícil, por que não tentar ter uma população com o mesmo nível de auto-estima e de espaço para conviver, aprender e se educar para o civismo, para ter consciência de que faz parte da coletividade e que para cada um viver em paz, é preciso respeitar o coletivo em nome de uma necessidade comum (voltamos ao início da formação de uma cidade).

Vamos pensar não em Massarelos, Miragaia, Foz...vamos pensar no Porto. Mas não só o Porto, vamos pensar Maia, Vila do Conde, Espinho...vamos pensar uma coisa só. Vamos até pensar além das fronteiras políticas e lembrar que há regiões circunvizinhas que têm no Grande Porto o seu foco principal. Pensar em desenvolvimento sustentável é ter uma visão ecológica no seu sentido mais amplo, um sentido holístico até.

Creio que desenvolver atitudes menos profiláticas e mais preventivas é o que falta para desencadear um processo de verdadeiro desenvolvimento de um grupo urbano como este. Educar, mas não de forma impositiva ou autoritária, de forma participativa, com troca de experiências é o que promove a existência de uma comunidade diversificada, porém com conhecimento e entendimento dessas diferenças, com mais tolerância.

A marginalização começa no momento em que se acredita ser marginal. Toda a produção da elite precisa chegar ao grande público. As tradições populares têm que ser respeitadas pelos eruditos. É da troca de experiências que a cultura se enriquece e se valoriza. Há muito pouca ou quase nenhuma participação das universidades do Grande Porto para com as famílias dos bairros sociais. São realidades até mais distantes do que a da classe média com as favelas das grandes cidades brasileiras. É este o modelo de Europa a seguir?

Conclusão

A minha proposta para tornar o desenvolvimento no futuro próximo e longínquo do Grande Porto algo realmente concreto é conseguir mudar as pessoas. É melhorá-las. Fazê-las ter menos um orgulho negativo, fruto da desconfiança e do medo e mais um orgulho positivo, de querer receber bem quem os visita, de viver dentro de uma comunidade onde prevalece o respeito sobre as diferenças sociais ou culturais.

A minha aposta é na educação das pessoas. Não a educação formal e já praticada pelas instituições, mas sim a conscientização de cada indivíduo pelo outro da vivência em comunidade, em um organismo metropolitano. A difusão do conhecimento e exposição a todas as camadas de uma nova maneira de enxergar os seus vizinhos e sua cidade como um todo. Participação efetiva de cada cidadão nesse processo, profissionais liberais, estudantes universitários e secundários, donas de casa.

Como congregar essas pessoas? Aí sim, neste ponto justifica-se pensar num planejamento de desenho urbano, de espaços públicos, de centros de convívio. É inadmissível pensar em abrir mão de áreas verdes de convívio social tão fortes como o Parque da Cidade em nome da especulação imobiliária, se há tantos imóveis abandonados nas zonas centrais. A proposta de criação do Parque Oriental, beneficiando as populações de toda a porção do território a Este do Porto e os concelhos vizinhos parece ainda uma incógnita dentro das diretrizes administrativas. Não é uma obra de fachada, um cenário, é um equipamento necessário para um funcionamento mais saudável daquelas pessoas. Como também não pensar na popularização da cultura? Ao invés de construir bibliotecas e esperar que as crianças venham até elas, por que não levar as atividades até as crianças?

Pensar em sustentabilidade é pensar na construção de uma estrutura que se reforça geração após geração. Cuidados básicos com a saúde mental dos nossos filhos e netos hoje vão torná-los pessoas capazes de disseminar isso aos seus respectivos filhos e netos também, e assim caminha-se para o desenvolvimento.

A quebra de tabus e a abertura para uma nova visão de "vida metropolitana" é algo que tem de começar dentro de cada um, pela ação de cada um para com o próximo. O que falta então para se desencadear esse processo?

Contribuíram como fonte de informação direta ou indireta para este ensaio:

Paulo Freire, Josué de Castro, Edward T. Hall, Anthony Giddens, Jean Baudrillard, Paul Virilio, Christopher Alexander, Jacinto Rodrigues, a Biblioteca Municipal Almeida Garret, a Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, Câmara de Desenvolvimento da Região Norte e outros tantos mais, além das populações do Porto, Vila Nova de Gaia, Espinho, Valongo, Gondomar, Maia, Matosinhos, Vila do Conde e Póvoa de Varzim e de todo Portugal.